

---

## Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI

### From Íris to Hongolo: The Angolan LGBTQIA+ movement in the 21<sup>st</sup> century

#### Resumo

O presente trabalho procura mapear (através de entrevistas com ativistas do Arquivo de Identidade Angolano e da Associação Íris – duas das principais organizações LGBTQIA+ de Angola) três momentos chaves da história do movimento LGBTQIA+ do país. O primeiro se dá quando da criação da primeira organização LGBTQIA+ angolana a partir da luta contra o HIV (2015). O segundo momento é o instante em que o novo código penal foi discutido e aprovado (2019). O terceiro momento trata do futuro do movimento LGBTQIA+ em Angola e sua relação com o colonialismo. Conversamos com três ativistas angolanos com o intuito de descrevermos cada uma dessas fases históricas procurando usar suas trajetórias de vida como ferramentas analíticas de compreensão da história do movimento LGBTQIA+ em Angola. Por fim, testamos a tese de que Angola não tem uma “sociedade civil” constituída.

**Palavras-chaves:** Movimento LGBTQIA+. Ativismo político. Angola. Sociedade civil.

#### ***Tiago Ferreira***

Faculty of Liberal Arts,  
Thammasat University  
tiago.br@tu.ac.th

#### Abstract

The present work seeks to map (through interviews with activists from the Angolan Identity Archive and Associação Íris – two of the main LGBTQIA+ organizations in Angola) three key moments in the history of the LGBTQIA+ movement in the country. The first moment takes place when the first Angolan LGBTQIA+ organization was created from the fight against HIV. The second moment is when the new penal code was discussed and approved. The third moment deals with the future of the LGBTQIA+ movement in Angola and its relationship with colonialism. We spoke with three Angolan activists in order to describe each of these historical phases, seeking to use their life trajectories as analytical tools for understanding the history of the LGBTQIA+ movement in Angola. Finally, we test the thesis that Angola does not have a stablished “civil society”.

**Keywords:** LGBTQIA+ Movement. Social Activism. Angola. Civil Society.

## Introdução

Muito se fala das transformações econômicas, sociais e políticas de Angola após o fim da guerra civil em 2002, mas estudos sobre as comunidades LGBTQIA+ angolanas ainda são escassos e o presente artigo pretende contribuir para preencher essa lacuna. Afinal de contas, como tem se desenvolvido a luta por direitos da população LGBTQIA+ em Angola nos últimos 20 anos? Em tempos de paz, era de se esperar que a sociedade angolana se abrisse para questões relacionadas aos direitos humanos e à democracia, o que inclui pautas relacionadas à comunidade LGBTQIA+.

O ativismo LGBTQIA+ apresenta-se como um excelente campo de estudo sobre o debate em torno do conceito de “sociedade civil” em Angola, uma vez que o grande sucesso das demandas da comunidade LGBTQIA+ podem iluminar as intrincadas relações entre o Estado e a população angolana. Dentre os avanços, destaco a popularização de personagens LGBTQIA+ em programas de TV (mesmo que nem sempre representados de maneira positiva)<sup>1</sup>; o grande aumento da visibilidade de gays, trans e lésbicas na sociedade, com o aparecimento de celebridades que assumem essas identidades<sup>2</sup>; o reconhecimento por parte do Estado da primeira associação LGBTQIA+ do país<sup>3</sup> e o surgimento de várias outras ao redor do território angolano; e, mais recentemente, a substituição de uma lei que poderia ser interpretada como criminalização da homossexualidade e da transexualidade por uma outra que criminaliza a homofobia, considerada o ponto alto das conquistas até hoje<sup>4</sup>.

Seguimos aqui com as indagações de Nuno Vidal e Patrick Chabal (CHABAL, VIDAL, 2009) que sugerem que conceitos como “ONGs”, “Estado”, “democracia” e “sociedade civil” são aplicados indiscriminadamente por estudiosos quando eles se debruçam sobre questões angolanas, sem preocupação com o contexto. Segundo esses

---

<sup>1</sup>Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/canal-de-tv-de-angola-suspende-novela-apos-cena-de-beijo-gay-15240538> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>2</sup>Ver: <https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/quem-e-titica-a-cantora-trans-sucesso-entre-criancas-na-angola-que-estara-no-rock-in-rio.ghtml> (Acessado em 15 de julho de 2023)

<sup>3</sup>Ver: <https://www.dn.pt/mundo/angola-legaliza-associacao-lgbt-9514322.html> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>4</sup>Ver: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/angola-descriminaliza-oficialmente-a-homossexualidade> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

autores, geralmente entendemos democracia como um sistema sancionado por uma Constituição, em que partidos políticos podem competir em igualdade de condições em eleições livres e imparciais; em que a mudança de governo é resultado direto das eleições; e as transições de governos eleitos ocorrem de modo pacífico e ordeiro. Já o conceito de sociedade civil é costumeiramente utilizado para se referir a organizações sociais que não têm como objetivo competir por cargos públicos, mas sim servir ao bem comum através de projetos beneficentes, de desenvolvimento ou advocacia (CHABAL, VIDAL, 2009).

Angola passou por duas transições importantes nos últimos anos, a transição para o multipartidarismo em 1991-92 (Acordos de Bicesse) e o fim da Guerra Civil em 2002. Esses eventos são os momentos-chave para se compreender a relação entre democratização, sociedade civil e Estado em Angola. Relatórios de organizações internacionais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial, e mesmo boa parte da academia, afirmam que há relação de causa e efeito entre democratização e crescimento econômico. Tal premissa sustenta que os países periféricos só poderão chegar ao patamar dos países ditos desenvolvidos se, primeiramente, democratizarem-se e, em segundo lugar, permitirem a participação da sociedade civil nos processos de decisão política em nível local e nacional. Chabal e Vidal criticam essa perspectiva porque ela estabeleceria uma confusão entre causa e efeito. Os autores notam, por exemplo, que na Europa o crescimento econômico precedeu a democratização. As democracias ocidentais não são fruto do desenvolvimento econômico, mas seu resultado. Na Ásia, casos mais recentes de crescimento econômico, como Taiwan e Coreia do Sul, se deram sob regimes ditatoriais, sendo a democratização um processo posterior (CHABAL, VIDAL, p. 7).

No caso africano, a democratização e a participação política de diversas organizações sociais não teriam sido genuinamente resultado de mobilização social, mas sim de uma conjuntura histórica e política que exigiu dos governos africanos tais mudanças. Ademais, o impacto do ativismo social não parece ser tão direto ou profundo como essas leituras sugerem. Indo na contramão de muitos pesquisadores, Chabal afirma que uma “sociedade civil” nos termos em que o conceito é geralmente utilizado, **sequer existe** em Angola. Muitas dessas organizações sociais não passariam de braços ou ramificações de partidos políticos. Outras, apesar de nenhum

vínculo partidário explícito, são cooptadas pelas elites dominantes e usadas para fins políticos. Algumas delas, principalmente as que recebem verba do exterior, existem apenas para drenar os recursos de fundos estrangeiros. As poucas organizações sociais que não se encontravam nas situações acima foram extintas nos anos 90 e 2000 ou sobreviveram funcionando com extrema dificuldade e, em muitos casos, sem o apoio estrangeiro, uma vez que grande parte delas não se enquadrava no critério ocidental de organização burocrática e prestação de contas.

Não haveria, portanto, porque falar em “sociedade civil” (em moldes ocidentais) em Angola, pois sociedade e Estado seriam indissociáveis. Essa “sociedade civil” que tem participado mais ativamente da política não é evidência de “democracia”, uma vez que o que existiria em Angola pós-colonial não seria a democracia de estilo ocidental, mas no máximo uma prestação de contas democratizada a partir da “abertura política” de 1991-92 e do alcance da paz em 2002.

No presente trabalho pretendemos investigar essa relação entre Estado, ONGs e a sociedade civil através da vida de ativistas pelos direitos LGBTQIA+. Entrevistamos **Roqueana Gunza**, consultora jurídica para a população LGBTQIA+ e líder no Arquivo de Identidade Angolano (AIA); **Dário Octávio**, ex-membro da Associação Íris e que agora se prepara para criar uma nova associação; e **Carlos Fernandes**, atual presidente da Associação Íris<sup>5</sup>. A nossa análise se utiliza da **trajetória** desses ativistas enquanto pessoas LGBTQIA+ e complementa lacunas através de notícias publicadas pela mídia angolana sobre as mudanças sociais que vem ocorrendo no país, ao longo dos últimos anos. Antes de entrarmos nas entrevistas em si, vamos reconstituir brevemente a história do movimento LGBTQIA+ em Luanda a partir da luta contra o vírus do HIV durante o processo de pacificação de Angola, depois do fim da guerra civil.

## 1 Breve histórico das lutas pela cidadania LGBTQIA+ em Luanda: do HIV à Associação Íris.

---

<sup>5</sup> Quando esse artigo já estava finalizado e prestes a ser publicado, Carlos Fernandes veio a falecer. A comunidade LGBTQIA+ lusófona não se esquecerá dele. Dedico esse texto à sua memória.

Em 2002, a longa guerra civil<sup>6</sup> angolana chegou ao fim. O país passa, a partir daí, por um grande processo de reconstrução nacional liderado pelo partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Bittencourt, 2015). Esse processo não foi democrático, uma vez que a vitória do MPLA consolidou a sua hegemonia sobre o país africano, relegando à oposição um papel subalterno e marginal. Tal pacto autoritário de reconstrução nacional atuou em várias frentes, inclusive na área que nos interessa aqui: a luta contra o HIV em Angola (Ferreira, 2018, p. 159).

Diferente de outros países da África Subsaariana, Angola apresenta níveis de contaminação pelo HIV considerados baixos. A tese mais aceita para explicar essa circunstância é o fato da guerra civil angolana (1975-2002) ter se prolongado por mais tempo do que os conflitos nos países vizinhos<sup>7</sup> (Kendal et al., 2014). Em Moçambique, por exemplo, a guerra civil terminou em 1992, dez anos antes de Angola. A paz leva ao aumento dos deslocamentos das populações dentro e fora dos países, bem como facilita interações sexuais entre diferentes grupos populacionais. O prolongamento da guerra angolana dificultou o alastramento do vírus nos anos 90, justamente a década de explosão da pandemia do HIV.

A partir de 2002, entretanto, com o fim da guerra civil, ativistas e organizações de luta contra o HIV de Angola e do exterior passam a salientar o possível crescimento exponencial no número de casos de HIV no país, seguindo um padrão verificado, por exemplo, em Moçambique. É nesse período pós-guerra que é formada a conjuntura necessária para que o combate ao vírus do HIV fosse colocado no centro dos planos de reconstrução nacional. E é essa mesma conjuntura que torna possível o surgimento das primeiras organizações LGBTQIA+ do país (Ferreira, p. 160).

Além da expectativa de expansão da pandemia em tempos de paz, há outras razões que explicam a centralidade que o combate ao HIV ganhou no período. Até 2002 havia a justificativa de que qualquer demanda social estava comprometida

---

<sup>6</sup>A guerra civil após o MPLA (marxista e apoiado por Cuba e União Soviética) à UNITA (apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos), naquele que foi o maior conflito africano da Guerra Fria. Após a queda da União Soviética, o MPLA se reorganizou como partido de centro-esquerda, e se aproximou dos EUA, recebendo reconhecimento internacional e vencendo, posteriormente, a guerra. A UNITA reconheceu a derrota depois da morte de seu líder, Jonas Savimbi, em 2002.

<sup>7</sup>A maioria dos países africanos passou, ao longo da segunda metade do século XX, por várias guerras anticoloniais (que buscavam a libertação do jugo europeu) e civis (luta fratricida entre grupos rivais pelo controle do país após a independência).

devido ao direcionamento dos recursos do Estado para o campo de batalha. A paz deixou, em tese, os cofres públicos disponíveis para programas sociais. Por outro lado, organismos internacionais como a ONU e diversas ONGs estavam interessados em investir em Angola, motivadas pela promulgação da paz e preocupadas com o possível aumento súbito da taxa de infecção pelo HIV em Angola. Dessa forma nós temos, de um lado, um governo vitorioso numa guerra civil de décadas, que almeja utilizar o combate ao HIV como propaganda política de sua gestão; e de outro, organismos internacionais dispostos a despejar dinheiro em projetos de combate ao HIV. Por fim, há as ONGs lideradas por soropositivos, que desejavam implementar esses projetos (Ferreira, p. 160).

Durante os anos 80 e 90, o combate ao HIV em Angola se deu sobretudo através de campanhas de prevenção que enfatizavam o medo da morte. Não havia tratamento em Angola, o que fazia com que soropositivos fossem buscar ajuda no exterior, sobretudo na África do Sul. Tudo isso mudou a partir do final dos anos 90, quando a ONUSIDA<sup>8</sup> abriu um escritório em Luanda e com o surgimento de diversas ONGs lideradas por soropositivos (Ferreira, p. 117-146).

No mesmo ano que marca o fim da guerra civil foi criado o Comité Nacional de Luta contra o HIV/Sida e Grandes Endemias, dirigido pessoalmente pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Em outubro do mesmo ano, o programa de TV ‘Nação Coragem’ iniciou a série de reportagens ‘Sida, o retrato de uma epidemia’. Vários ativistas soropositivos foram entrevistados nesse período, o que deu ampla visibilidade aos infectados pela primeira vez em Angola. Em 2004 foi criada a Fundação do Hospital Esperança, o primeiro hospital especializado em HIV no país. Também foi assinada pelo Presidente da República a Lei 08/04, a lei do VIH, que estabelecia vários direitos para os soropositivos, incluindo o tratamento gratuito com antirretrovirais. E em 2005 foi criado o Instituto Nacional de Luta contra a Sida (Ferreira, p. 160).

Apesar desses avanços, um grupo social esteve, por um longo tempo, de fora do protagonismo na luta contra a aids em Angola: a população LGBTQIA+. Em países como o Brasil, gays, lésbicas, trans e travestis sempre estiveram na linha de frente

---

<sup>8</sup>Conhecida como UNAIDS no Brasil.

dessa batalha, mas na África Subsaariana a situação é radicalmente diferente. Enquanto no Brasil o HIV foi associado logo nos primórdios da pandemia aos homossexuais masculinos (o que forçou a comunidade gay a reivindicar protagonismo na luta contra a aids), em Angola e demais países das regiões sul e central da África, o HIV é uma doença predominantemente heterossexual e feminina (Magadi, 2010).

Se, à primeira vista, a ausência da associação automática entre HIV e homossexualidade pode parecer um bom sinal – uma vez que não se estabelece aqui uma conexão discriminatória entre dissidência sexual e doença – por outro, não são criadas condições necessárias para que indivíduos LGBTQIA+ se unam em torno de seus direitos enquanto soropositivos. É por isso que apenas em 2015<sup>9</sup> Angola ganhou a sua primeira associação LGBTQIA+, a **Associação Íris**, que não iniciou as suas atividades a partir da luta contra o HIV. As origens da organização remontam a um grupo de amigos que organizava festas para a comunidade LGBTQIA+ em Luanda. Quem conta essa história é Carlos Anderson Henriques Fernandes, gay, 39 anos, atual presidente da Íris e que está no cargo quase desde a sua fundação<sup>10</sup>.

Carlos Fernandes nasceu em 1983 em Luanda e conta que “sempre foi uma criança gay, louco pela Madonna e pelo Michael Jackson” e apaixonado pela cor rosa. Com apenas cinco anos de idade já se percebia “diferente” das demais crianças, mas nem ele nem seus parentes mais próximos enxergavam nisso um problema. Entretanto, Carlos já ouvia nessa época palavras ofensivas que são usadas em Angola para se referir a homossexuais masculinos. “Panina”, “Naina” e “Paneleiro” são alguns exemplos. Nessa época, o ativista afirma não ter conhecido nenhuma outra pessoa LGBTQIA+, classificando sua vivência gay como algo “muito sozinho”. Carlos chegou a ter uma experiência amorosa na adolescência, quando tinha 14 anos, mas desconsidera essa relação quando fala de sua vida com a comunidade LGBTQIA+, pois não foi uma relação publicamente assumida. Ele avalia que seus primeiros contatos com outros gays (ou melhor, com a comunidade gay) se deram apenas quando ele tinha 18 anos e vivia em Valência, na Espanha. Nessa época, a sua vida tinha

---

<sup>9</sup>Pensando no contexto africano, essa data é bastante tardia. Moçambique, por exemplo, teve sua primeira organização LGBTQIA+ (chamada Lambda) fundada em 2006. Ver MIGUEL, 2021.

<sup>10</sup>FERNANDES, Carlos Anderson Henrique. Entrevista concedida a Tiago Ferreira em 8 e 9 de fevereiro de 2023.

passado por uma grande mudança, uma vez que ele se mudou para Portugal em 1996 para viver com a família portuguesa de sua mãe.

Na Europa, Carlos encontrou um mundo muito diferente. Em Angola não havia espaços específicos de lazer e convivência destinados ao público gay. Na Espanha, ele visitou discotecas voltadas à clientela homossexual masculina pela primeira vez e conheceu a pessoa com quem ele teria seu primeiro romance assumido. O relacionamento se tornou sério o suficiente para que ele voltasse à Portugal para apresentar seu companheiro à sua mãe. Na mesma viagem foi com seu parceiro para uma discoteca gay portuguesa, onde teria sua primeira interação com a comunidade gay lusófona.

Quando seu relacionamento chegou ao fim, decidiu voltar da Europa para Angola por se sentir mais à vontade com a sua família paterna. Carlos foi trabalhar em uma empresa de construção civil fundada por seu cunhado e que pertencia aos familiares de seu pai. Aos 23 anos, ele havia ascendido ao cargo de diretor desta empresa, mas o envolvimento com drogas (adição adquirida na Espanha) acabou por destruir as suas vidas profissional e pessoal, levando-o à depressão. Essa situação perduraria até por volta dos 28 anos, quando conseguiu libertar-se das drogas.

Durante o processo de desintoxicação, Carlos buscou refazer a vida com o apoio da comunidade LGBTQIA+. Apesar de não haver em Angola nenhum espaço específico para a comunidade, existia o grupo “As Divas”, uma espécie de equipe de promotores de festas GLS na cidade de Luanda<sup>11</sup>. Essas festas aconteciam sempre em locais diferentes e eram divulgadas com bastante antecedência para que o público pudesse se organizar para ir até o local do encontro. Antes de uma dessas festas acontecer, por volta de 2013, a organização Population Services International (PSI)<sup>12</sup> aproximou-se dos organizadores para pedir permissão para a distribuição de

---

<sup>11</sup>É importante fazer distinção do uso do termo GLS no Brasil e em Angola. Durante os anos 1990, foi comum no Brasil o uso da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), sigla depois contestada pelo movimento que enxergava no S (simpatizantes) uma forma de ocultação da identidade homo ou bissexual (ALMEIDA, 2010). Adriana Nunan (2003) demonstra que essa sigla servia, na verdade, a um “nicho de mercado”. GLS seria, portanto, uma sigla associada ao mercado que oferece produtos e serviços para a comunidade homossexual, enquanto LGBTQIA+, uma sigla associada aos sujeitos políticos. Em Angola, entretanto, GLS passou a designar única e exclusivamente as festas para o público LGBTQIA+.

<sup>12</sup>Organização não governamental com sede nos Estados Unidos, que atua na área de prevenção a várias doenças, inclusive no combate ao HIV.



camisinhas durante o evento, o que foi prontamente aceito. Os agentes do PSI também sugeriram um encontro entre a ONUSIDA Angola, a Lambda e “As Divas” para a discussão de medidas coordenadas de prevenção ao HIV entre a população LGBTQIA+ angolana.

Esse encontro foi o marco divisor da luta pela cidadania LGBTQIA+ em Angola, pois com base nas discussões entre as partes, foi decidido pela criação (a partir da rede de festas “As Divas”) da primeira organização de promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e trans no país. A Lambda serviria de modelo para a nova instituição, uma vez que era, até então, a única organização LGBTQIA+ da comunidade lusófona africana. O PSI, por sua vez, ajudaria com material e treinamento. Carlos, então, decidiu estabelecer um acordo com o PSI. Ele prestaria serviços para essa organização como assistente no projeto de HIV com Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH)<sup>13</sup>. Em troca, todo material de divulgação voltado para a comunidade deveria constar como parceria entre a nova instituição LGBTQIA+ e o PSI. Por fim, a ONUSIDA ofereceu oito mil dólares para o desenvolvimento da nova entidade, que teria o nome provisório de GRACO<sup>14</sup>.

Alguns meses após essa reunião fundadora, há mudanças na diretoria da ONUSIDA e a nova diretora decidiu, segundo Carlos Fernandes, não honrar os compromissos da gestão anterior, alegando que a nova instituição não seria idônea. Carlos respondeu para a diretora que no futuro ela iria reconhecer o erro dessa avaliação.

Até então, o governo angolano não tinha tomado parte nesse processo. Quando o primeiro projeto de HIV voltado para a população LGBTQIA+ financiado pelas ONGs foi aprovado pelo governo, as autoridades angolanas deixaram claro que a divulgação deveria ser feita, exclusivamente, dentre o público alvo e não deveria atingir o público geral. Isso provavelmente se deu porque o governo não queria ser associado a políticas em prol da comunidade LGBTQIA+.

---

<sup>13</sup>Termo usado, principalmente, pela área de saúde pública em substituição ao termo gay. Essa nomenclatura passou a ser usada para que as campanhas publicitárias pudessem alcançar homens que se relacionam com outros homens, mas que não se consideram gays ou bissexuais. Entre ativistas, esse termo costuma ser alvo de críticas (FACCHINI, CALAZANS, 2022).

<sup>14</sup>Grupo de Ajuda Comunitária. O nome foi posteriormente modificado para Íris, em referência à mitologia grega.

Todavia, dois anos depois as coisas começaram a mudar. A Íris foi reconhecida como parceira pelo Instituto Nacional de Luta Contra a Sida (INLS), órgão governamental que dispunha de ampla autonomia e que não precisava de autorização direta do governo para firmar parcerias. Em seguida, a Íris decidiu dar um passo além e pedir reconhecimento oficial do governo. No final de 2015 eles pediram oficialmente ao governo que reconhecesse a organização como instituição da sociedade civil promotora dos direitos da população LGBTQIA+. Não foram precisos muitos meses de espera. Em março de 2016, o governo legalizou a Associação Íris, a primeira organização angolana a receber reconhecimento oficial do conservador regime angolano.

A Íris continua atuando hoje em dia, promovendo a cidadania para a população LGBTQIA+ através, sobretudo, de serviços de saúde e de educação. Um dos projetos bem-sucedidos se deu quando a Íris foi incluída em uma parceria entre o Ministério da Educação e a UNICEF para criar um manual de educação básica. Carlos conta que conseguiram incluir no manual questões sobre orientação sexual, identidade de gênero e *bullying*. E em 2019 o movimento LGBTQIA+ angolano comemoraria outra vitória: a aprovação do novo código penal. Veremos agora como se deu esse processo.

## 2 A comunidade LGBTQIA+ e a legislação

Quem vai nos contar essa história é Carmelita Roqueana Gunza, lésbica, 27 anos, popularmente conhecida como Roqueana Gunza ou, simplesmente, Rock<sup>15</sup>. Ela é jurista e ativista pelos direitos LGBTQIA+ em Angola. Atuou na Íris e agora faz parte do **Arquivo de Identidade Angolano (AIA)**, grupo predominantemente lésbico e que realiza um trabalho distinto da Íris, mais focado em produção de bibliografia e material visual, com o intuito de construir um arquivo sobre a diversidade sexual angolana<sup>16</sup>. A AIA também possui uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ que estejam em situação de necessidade.

Rock conta que viveu uma infância sem referências à homossexualidade. Apenas na adolescência é que começou a se interessar sobre o assunto ao perceber que sentia

---

<sup>15</sup>GUNZA, Carmelita Roqueana. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 26 de julho de 2022.

<sup>16</sup>Ver: [https://www.instagram.com/aia\\_angola/](https://www.instagram.com/aia_angola/) (Acessado em: 15 de julho de 2023).

atração por outras mulheres. Ela descobriu sobre a Íris no Facebook ao pesquisar sobre o tema na internet. Rock se envolveu rapidamente com as atividades da Íris e participou de diversos programas de formação e capacitação profissional conduzidos pela ONUSIDA. Foi aí que descobriu sua vocação para a defesa de direitos. Mais tarde ela se formou em Direito e usou suas habilidades em prol da comunidade.

Ao comparar a situação de Angola com o Brasil, Rock afirma que as lutas pelos direitos LGBTQIA+ no seu país se encontram num estágio menos avançado. Ela fala em diferentes “temporalidades”, afirmando que em Angola o movimento se encontraria ainda em um estágio de desconstrução de conceitos, de sensibilização sobre “outras formas de ser e estar” no mundo. Ou seja, enquanto no Brasil as pessoas já teriam uma ideia do que são identidades de diferentes sexualidades, em Angola as pessoas ainda teriam pouca informação sobre o que é ser LGBTQIA+, uma vez que a quantidade de pessoas assumidas seria muito menor e haveria menor visibilidade sobre essas questões do que no Brasil. Dessa forma, o movimento ainda necessitaria focar no esclarecimento do que é ser uma pessoa não heterossexual. Isso explicaria o motivo de temas como legalização do casamento homoafetivo estarem ainda longe das pautas do movimento.

Nesse sentido, a promulgação do **Novo Código Penal** (2019) foi um importante passo em direção à desconstrução de conceitos discriminatórios. A nova legislação substituiu o código penal colonial de 1886, que fora imposto aos angolanos pelos colonizadores portugueses. Roqueana afirma que o antigo código colonial era considerado um grande inimigo da comunidade LGBTQIA+ angolana. Durante muito tempo, o artigo 71 do código colonial foi interpretado da seguinte forma: 1) criminaliza a homossexualidade e transexualidade em Angola ao estipular “medidas de segurança” aplicáveis às “práticas de vícios contra a natureza”; 2) criminaliza o trabalho sexual ao estipular “medidas de segurança” para “prostitutas que sejam causa de escândalo público ou desobedeçam continuamente às prescrições policiais”<sup>17</sup>.

No entanto, complementa Rock, as práticas sexuais mencionadas não necessariamente implicavam em uma pena de prisão. Embora o artigo 71 fosse

---

<sup>17</sup>Ver: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2019/2/19/passos-a-passos-talvez-cheguemos-l>

complementado pelo artigo 70, referente às medidas de segurança aplicáveis às condutas descritas, tais como a) internamento em asilo criminal; b) internação em asilo ou colônia agrícola; c) liberdade condicional; d) juramento de boa conduta; e e) proibição do exercício de profissão; a legislação citada não falava expressamente da homossexualidade ou transexualidade e nenhum dos dois artigos estipulava pena de prisão.

A grande questão é: homo e transexualidades eram ou não crimes em Angola antes do novo código aprovado em 2019? Roqueana explica que havia uma espécie de senso comum que entendia que os “vícios contra a natureza” referiam-se à homossexualidade e à transexualidade<sup>18</sup>. A ativista fundadora da AIA, Paula Sebastião, afirma que:

A interpretação dada ao artigo 71º no sentido de que “criminaliza” a homossexualidade tem a sua origem num longo historial de aplicação de normas como estas em países africanos, que embora não refiram expressamente os termos “orientação sexual” ou mesmo “homossexualidade”, condenam a conduta homossexual recorrendo a uma linguagem semelhante a que encontramos nas nossas previsões legais. A diferença entre esses ordenamentos jurídicos e o nosso reside no facto de naqueles, tais condutas (sic) serem punidas com penas específicas, criminalizando, de facto, a homossexualidade, enquanto que no nosso são aplicadas medidas de segurança.

Assim sendo, o artigo 71º não deixa de constituir uma abertura para a condenação da homossexualidade, condenação essa advinda, em grande parte, de uma discriminação baseada em crenças culturais e religiosas<sup>19</sup>.

Ou seja, embora a legislação angolana não criminalizasse a homossexualidade ou a transexualidade diretamente, ela deixava margem para essa interpretação, relegando às autoridades e à própria sociedade a opção de enquadrar qualquer grupo não cis e heterossexual na categoria dos “vícios contra a natureza”. Mais do que um empecilho legal, essa lei era um salvo conduto moral para a discriminação. Roqueana explica a situação:

Nunca em Angola nenhum angolano foi detido ou condenado por ter sido encontrado a ter relações consensuais com pessoas do mesmo sexo. (...) Mas

---

<sup>18</sup>Embora o termo comumente usado pelos angolanos quando falam do código penal colonial seja “homossexualidade”, é importante frisar que a antiga legislação atingia a comunidade LGBTQIA+ como um todo. Primeiro porque a sociedade angolana não fazia distinção entre um gay e uma mulher trans, por exemplo, tratando ambos como “paninas”. Segundo porque o termo colonial “vícios contra a natureza” podia ser interpretado tanto como orientação sexual quanto como identidade de gênero.

<sup>19</sup>Ver: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2019/2/19/passos-a-passos-talvez-cheguemos-l>

esse artigo, ou essa norma, legitimava a violência, instigava de alguma forma a violência contra as pessoas LGBTQIA+ porque as pessoas tinham essa impressão de que a homossexualidade é algo contra a natureza, então era algo proibido. E o código penal colonial condenava; não obstante não ser aplicado, as pessoas ainda assim tinham que repudiar e tinham que, de alguma forma, sancionar as pessoas homossexuais. Essas sanções, na verdade, eram sanções sociais, do desprezo às ofensas, (...) agressões. No contexto familiar, [acontece] o abandono familiar, ou a violência doméstica. Já houve situações de maus tratos, de abuso de poder dos agentes da polícia, mas na prática nunca houve condenação.

Ou seja, apesar do antigo código colonial não ser aplicado na área jurídica, ele servia de fundamento e incentivo para diversas práticas violentas contra a população LGBTQIA+ angolana. Essa violência, outrora legitimada pela antiga legislação, vinha tanto das autoridades (como os policiais) quanto da população em geral (violência familiar). O desaparecimento dos artigos 71 e 70, portanto, foi efusivamente comemorado pela comunidade LGBTQIA+ de Angola, pois o mecanismo legal que legitimava a violência social foi definitivamente abolido.

Em uma grande reviravolta, que surpreendeu até mesmo os observadores mais otimistas, o novo código penal **criminalizou** a discriminação baseada na orientação sexual, tornando Angola um dos sete países africanos que penaliza a intolerância contra a população gay e lésbica<sup>20</sup>. Essa foi a primeira vez que uma lei angolana citou explicitamente a expressão “orientação sexual”.

O que estaria por trás de tamanha guinada? De acordo com Rock é necessário entender o contexto histórico de Angola a partir de 2017, com a ascensão ao poder de um novo presidente, João Lourenço. Angola teve o mesmo presidente entre 1979 e 2017, José Eduardo dos Santos. A chegada de Lourenço ao poder traz diversas mudanças. A demanda por um novo código penal já era antiga, mas não havia se concretizado mesmo após o fim da guerra civil. A nova administração decidiu dar prosseguimento aos anseios por um novo código penal que, finalmente, introduzisse Angola no século XXI.

---

<sup>20</sup>A lista de países africanos que possuem leis antidiscriminação inclui Angola, Botswana, Cabo Verde, Ilhas Maurício, Moçambique, Seychelles e África do Sul.

Ver: Dreier, Sarah K.; Long, James D.; Winkler, Stephen J. (June 2020). “African, Religious, and Tolerant? How Religious Diversity Shapes Attitudes Toward Sexual Minorities in Africa”. *Politics and Religion*. 13 (2): 273-303.

O caso conhecido em Angola como “15+2” foi decisivo nesse processo<sup>21</sup>, uma vez que a reverberação internacional do fato manchou ainda mais a já não tão boa imagem dos direitos humanos em Angola. A prisão de 17 ativistas por estarem lendo um livro em uma praça repercutiu negativamente na imprensa estrangeira, solidificando a reputação de Angola como um país com leis penais arbitrárias e desumanas. A nova gestão de João Lourenço tentou amenizar o impacto desse caso criando um novo código penal que repercutisse positivamente no exterior, projetando a imagem de uma nova Angola, mais moderna e progressista. Rock acredita que o principal objetivo da nova gestão ao mudar o código penal foi impressionar a comunidade internacional.

Quando o novo código passou a ser discutido, legisladores procuraram diversos atores sociais e agentes da sociedade civil em uma tentativa de incluir demandas e reivindicações populares na nova legislatura. Sendo a única organização LGBTQIA+ reconhecida pelo governo, a Associação Íris foi uma das entidades civis procuradas. Roqueana e outros ativistas da Íris estiveram presentes nessas reuniões e procuraram convencer as autoridades jurídicas de que era necessário incluir o termo orientação sexual na legislação. Os legisladores mostraram-se receptivos às sugestões, mas nada garantia que o governo iria endossar as recomendações. No início de 2019, entretanto, o Parlamento angolano aprovou o novo código, que incluía as sugestões dos ativistas. A notícia foi destaque em portais de notícias de diversos países, inclusive do Brasil<sup>22</sup>. O novo código só entraria em vigor dois anos depois, fato que voltou a chamar a atenção da mídia internacional<sup>23</sup>.

De acordo com Rock, é possível que o debate em torno do aborto tenha facilitado a inclusão da orientação sexual na nova legislação. A criminalização ou legalização da interrupção da gravidez monopolizou as atenções da sociedade durante os debates para a aprovação do novo código. O fato dos direitos LGBTQIA+ não estarem no foco das discussões mais acaloradas pode ter ajudado, uma vez que

---

<sup>21</sup>Ver: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>22</sup>Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/24/angola-despenaliza-homossexualidade-e-permite-aborto-em-certos-casos.ghtml> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>23</sup>Ver: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/angola-descriminaliza-oficialmente-a-homossexualidade> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

os religiosos, os principais opositores dos direitos da comunidade LGBTQIA+, estavam ocupados se opondo à legalização do aborto.

Rock afirma que a inclusão da orientação sexual como uma das expressões humanas que merece proteção legal foi “uma vitória! E daquelas vitórias enormes” que veio para dar resposta à necessidade de proteção legal que a comunidade gay e lésbica tanto almejava. “Uma porta que se abriu para que então possamos alcançar todos os outros direitos das pessoas LGBTQIA+”<sup>24</sup>.

Apesar de nenhuma pessoa LGBTQIA+ ter, até o momento da entrevista (julho de 2022), procurado a justiça para fazer valer os seus direitos de acordo com a nova lei, Rock entende que a mudança legal já teve consequências sociais importantes. Ela afirma que com a aprovação da nova legislação os debates públicos sobre as pessoas e temas LGBTQIA+ aumentaram na mídia e na sociedade em geral. De acordo com Roqueana, anteriormente as discussões sobre essa matéria tinham um viés predominantemente religioso. A visibilidade possibilitada pela nova lei teria ajudado a estabelecer uma separação mais clara entre o direito humano, de um lado, e a religião, de outro. Isso significa, em termos práticos, que os últimos tempos viram a proliferação de discursos sobre a diversidade sexual que focam na advocacia direcionada aos direitos humanos. O discurso religioso não desapareceu de uma hora para outra, mas é cada vez mais comum debater questões LGBTQIA+ em Angola sem fazer referência à religião, focando as discussões unicamente na cidadania, na ideia de que “todos merecem liberdade, dignidade e respeito”.

Hoje, Angola possui diversas organizações LGBTQIA+. A partir da experiência da Íris, outros grupos foram surgindo, não apenas em Luanda, mas também nas províncias do interior. Rock afirma que o país possuía em 2022 em torno de dez organizações que lutam pela cidadania LGBTQIA+. A proliferação desses grupos não significa apenas a consolidação do ativismo, mas também discordâncias e diferentes pontos de vista sobre quais caminhos seguir. Vamos nos debruçar sobre esse tema a seguir, através da entrevista de Dário Octávio.

---

<sup>24</sup>O termo “identidade de gênero”, entretanto, não foi contemplado na mesma legislação, deixando a população trans desprotegida.

### **3 Reflexões sobre o futuro e a posição da comunidade LGBTQIA+ angolana diante do mundo.**

Com o crescimento do ativismo LGBTQIA+ em Angola a partir da Íris, o país viu a proliferação de diversos grupos ao redor do território angolano. Tamanha profusão tem vários significados. Primeiramente, há a questão da diversidade de identidades no seio da população LGBTQIA+. Diferentes grupos passam a estabelecer diferentes organizações voltadas para suas demandas particulares, caso da já citada AIA, um grupo predominantemente lésbico. Há também o Movimento Sou Trans Angola, o Queer People, os não binários – que não se identificam necessariamente com um gênero definido<sup>25</sup> – dentre outros.

Segundo, as organizações de militância LGBTQIA+ evoluíram e realizam atividades em várias frentes: saúde sexual e reprodutiva, saúde mental (tema que fora negligenciado no passado), acesso à justiça (conscientização sobre os direitos adquiridos) etc. Muitas das novas organizações foram se especializando numa ou noutra atividade.

O terceiro motivo para a multiplicação de organizações são as divergências entre os ativistas. Esses desencontros podem refletir desavenças das mais variadas, que vão de querelas administrativas e disputas de poder à incompatibilidade ideológica. Há desacordos e tensões a respeito de qual deve ser o papel central da militância LGBTQIA+ em Angola, quais atividades devem ser priorizadas, como os recursos devem ser utilizados etc. A trajetória de Dário Octávio, jovem ativista gay de Luanda, ajuda a ilustrar essas questões.

Dário Octávio da Costa Andrade nasceu em 11 de junho de 1996, em Luanda<sup>26</sup>. Ele conta que na infância começou a ouvir nomes pejorativos que os adultos usavam para descrever seu comportamento. Foi aí que passou a se dar conta que ele era diferente das outras crianças. Entretanto, ele não sabia exatamente o que era ser gay, uma vez que nunca tinha ouvido falar do assunto nessa fase da sua vida. Foi

---

<sup>25</sup>A imprensa angolana tem falado sobre identidades trans e não binárias. Ver: <https://novojournal.co.ao/opiniao/interior/sorriso-cronico-em-modo-nao-binario-108536.html> (Acessado em: 15 de julho de 2023); <http://m.redeangola.info/imanni-da-silva-unica-modelo-transexual-em-africa/> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>26</sup>ANDRADE, Dário Octávio da Costa. Entrevista concedida a Tiago da Silva Ferreira, em 4 de novembro de 2022.



apenas na adolescência que ele tomou conhecimento e consciência da diversidade sexual.

Dário Octávio conta que teve uma criação católica e, apesar de ter sofrido alguns episódios de homofobia na Paróquia de São Paulo, onde participava do coral, relembra que ele foi relativamente bem aceito nas atividades da igreja. Ele atribui ao protestantismo evangélico um papel mais preponderante na manutenção da homofobia na sociedade angolana.

O ativista resume, assim, o início de sua vida como gay assumido em Luanda:

nunca saí do armário porque nunca estive no armário. A violência contra as pessoas LGBTQIA+ é tão grande, principalmente quando elas são crianças (...) que comigo fez com que eu nem tivesse tempo de entrar no armário pra depois poder sair. Eu tive noção do que eu sou porque os adultos jogavam na minha cara e eu só tive que aprender a conviver com aquilo, o que não foi muito fácil.

Quando tinha por volta dos 15 anos, Dário se mudou para a casa de uma tia para estudar o último ano do Ensino Fundamental (9º ano). As suas primas introduziram Dário ao mundo das festas angolanas. Uma delas trabalhava como acompanhante de festas e possuía um grupo de amigas com a mesma profissão. Através desse grupo, o rapaz conheceu Pep, uma travesti angolana que trabalhava com essas meninas. Foi a primeira vez que Dário Octávio conheceu uma pessoa LGBTQIA+ assumida, o que o deixou bastante feliz. O futuro ativista passou a trabalhar com esse grupo, ajudando a organizar festas na noite luandense.

Através de Pep, Dário Octávio conheceu outras pessoas LGBTQIA+. Pep morava numa casa onde viviam diversas mulheres trans que exerciam profissões como decoradoras, bailarinas e trabalhadoras do sexo. Dário passou a frequentar a casa e começou a se envolver mais e mais com a comunidade LGBTQIA+. Até então, conta ele, só se relacionava com gays de outros países virtualmente. O ano era 2012 e sua vivência gay se iniciou através de grupos de fãs latinos da cantora Lady Gaga no Facebook. Conta, entre risos, que chegou a achar que era o único gay de Angola, por isso arranjou namorados e amigos virtuais de países latino-americanos, como Uruguai, México, Chile e Equador. Apenas a partir de 2014, quando encontrou Pep, é que conheceu outros gays angolanos como ele. Dário conta que primeiro conheceu outros gays e trans luandenses no Facebook. Lá ele descobriu que a comunidade se

encontrava frequentemente em festas, luais e demais eventos. Dário conheceu também “As Divas”, o lendário grupo de amigos que organiza festas em Luanda, bem como veio a conhecer a Íris, que estava em seu início. Dário se lembra do *slogan* usado pela Íris na época, “Sou feliz e saudável”, que era parte de uma campanha de prevenção ao HIV, na comunidade LGBTQIA+.

Através da Pep eu comecei a frequentar esses lugares. Eu fui a muitos encontros da Associação Íris, fui a luais, fui a rodas de conversas. Ali eu fui criando o interesse em fazer parte daquilo, daquela luta, daquela agenda. Eu fui me inteirando ainda mais, fui entrando no cerne das questões e tomando mais atenção das questões que estavam à volta da nossa existência, da minha existência em particular.

A Íris passou a ser sua fonte e referência de ativismo nesse primeiro momento. Lá ele conta que recebeu noções básicas sobre o que era ser LGBTQIA+, o que era saúde coletiva e direitos humanos. Entretanto, depois de um tempo, ele conta que passou a buscar “outras realidades e outras formas de ativismo que existiam pelo mundo e as redes sociais foram uma mais valia” porque o “ajudaram a acessar esse conteúdo com mais facilidade”.

Em busca de uma nova formação, em 2018 Dário participou de um programa chamado “Young African Leaders Initiative” (YALI). Esse programa incentivava os jovens africanos a capacitarem-se em três áreas: liderança cívica, empreendedorismo e administração pública. Nessa época, Dário tinha criado, em parceria com outros dois amigos gays, uma outra organização, chamada “H Maiúsculo”. Essa organização concentrava-se nas problemáticas em torno da identidade gay masculina e tinha surgido, dentre outras coisas, por divergências com a Íris. Entretanto, a Associação Íris era a única entidade civil LGBTQIA+ reconhecida pelo governo angolano e Dário só poderia se inscrever no projeto se tivesse a carta de recomendação dessa instituição. Ele decidiu, portanto, se filiar à Íris para participar do projeto.

Dário ficou cerca de um mês em Maputo participando do curso da YALI. Lá teve contato com vários ativistas de diversas áreas, como meio ambiente e causas socioeconômicas. Quando retornou para Luanda, conta que estava cheio de ideias que queria implementar na Íris, mas não conseguiu ir adiante. Segundo ele, suas

propostas e projetos não eram levados a sério. Além disso, ele sente que a comunidade LGBTQIA+ não se sentia tão representada pela Íris quanto deveria.

Eu senti depois que a própria organização estava parada e não estávamos a ter uma boa avaliação da comunidade LGBTQIA+ (...) e as pessoas da comunidade reclamavam muito de não sentirem o impacto do nosso trabalho nas vidas delas. Que era um impacto muito pequeno, que elas não conseguiam sentir e nem ver. Eu, particularmente, me sentia meio que atado e cooptado. Não podia fazer, pensar, exercer, dar ideias. Senti que ali eu não estava a desenvolver. Então, depois disso, eu decidi sair da Associação Íris. Mas nisso eu não voltei para a H Maiúsculo. E também o Nírio, que tinha ficado com a [liderança da] H Maiúsculo, depois decidiu imigrar para Portugal. E com isso ele deixou a H Maiúsculo em tutela da Associação Íris. (...) E nisso, a H Maiúsculo passou a ser simplesmente um movimento que realizava um evento festivo, que eram as “Sextas Fluidas”.

Depois disso, a H Maiúsculo deixou de existir e seus remanescentes fundaram um grupo chamado “Diversidade Masculina”. Dário, contudo, não quis se juntar ao novo movimento. Ele acreditava que poderia contribuir mais se criasse uma nova organização.

Eu, Dário Octávio, sempre pensando em como contribuir da melhor forma, de forma mais incisiva para as mudanças sociais no seio da minha comunidade, da qual eu faço parte, sempre pensei em criar uma organização que eu – na minha concepção – olhasse para a comunidade LGBTQIA+ e resolvesse os problemas pontuais da mesma. Questões como evasão escolar, acesso à saúde, habitabilidade, expurgo familiar, (...) apoio psicossocial e jurídico. Então, foi a partir disto que este ano eu solidifiquei ainda mais a minha ideia e chegou-me ao ponto de ter pensado na criação da Hongolo Angola<sup>27</sup>, que é a organização que eu praticamente criei sozinho. (...) Tenho apoios da AIA (...) que está a me ajudar a fazer a análise do estatuto (...) que eu me baseei muito na ILGA Portugal. Eu estive a ler o estatuto da ILGA Portugal e achei muito democrático, moderno e prático (...) e achei que seria bom adaptar partes daquele estatuto para a minha organização.

Dário Octávio reflete ainda sobre a relação do ativismo LGBTQIA+ angolano com as influências externas. Até que ponto a influência de outros países é positiva? Em que momento tal relação deixa de ser saudável e passa a ser um vínculo de dominação e subserviência? Como aplicar categorias e conceitos teóricos de outros países no contexto angolano? Dário Octávio não tem a pretensão de responder perguntas tão complexas, mas tem algumas opiniões sobre o assunto.

---

<sup>27</sup>Hongolo é o Deus Arco-Íris dos povos bantu. Como Dário quer voltar seu ativismo para referências da África pré-colonial, ele propõe usar um arco-íris afrocentrado como símbolo.

As disputas em torno das influências externas que podem ou não podem ser aceitas dividem profundamente a sociedade angolana. Existem disputas de narrativas sobre o que é verdadeiramente africano e o que é produto da colonização europeia. Os ativismos LGBTQIA+ africanos são particularmente interessados nesse assunto porque a parte conservadora do pensamento africanista anticolonial afirma que toda forma de sexualidade que não é heterossexual é, na verdade, um costume estrangeiro que foi imposto aos africanos pelos colonizadores brancos (Epprecht, 2004). Dário Octávio chama esse pensamento no contexto angolano de pensamento “afrocrata”. Segundo ele, os “afrocratas” angolanos lamentaram o novo código penal tanto quanto os religiosos. O julgamento central de quem tem essa compreensão de mundo é que a África e os africanos só podem manter aquilo que tem origem na África, de preferência o que existia antes da colonização europeia. De acordo com essa perspectiva, certos direitos humanos ficam ameaçados, uma vez que eles têm origem europeia. Dário Octávio rejeita o radicalismo dessa forma de pensar e aceita o diálogo com outros países, mesmo reconhecendo o dilema que isso representa, uma vez que ao aceitar influências externas fica-se exposto ao projeto colonial alheio.

O jovem ativista angolano afirma que Moçambique foi o primeiro país a influenciar na formação do movimento LGBTQIA+ angolano. A Lambda serviu de inspiração e modelo para a Íris e para outras organizações angolanas. Depois vieram as influências sul-africana e portuguesa, até chegar a influência que ele considera dominante, a brasileira. De acordo com Dário, a influência do Brasil é, sobretudo, cultural e não um projeto consciente do governo brasileiro. Graças às novelas da Rede Globo, muito da cultura brasileira se tornou onipresente em Angola. A internet ajudou a consolidar tal influência, uma vez que a maioria do que está em português na rede mundial de computadores é escrita por brasileiros. Hoje, o Brasil é a primeira fonte de captação de informações e conteúdos de ativismo LGBTQIA+ a qual os angolanos recorrem. Para angolanos e moçambicanos, o Brasil funciona como uma alternativa colonial mais “amigável”, uma vez que é um país que fala a mesma língua, mas que nunca colonizou a África como os portugueses.

Segundo Dário, essa influência brasileira não se dá apenas entre os progressistas. Os conservadores e religiosos angolanos também buscam no Brasil

informações para embasarem suas críticas ao ativismo LGBTQIA+ em Angola. Ideias como “Ideologia de Gênero”, tão repetidas pelos conservadores brasileiros, já atravessaram o atlântico e fincaram suas raízes no país africano<sup>28</sup>. “Hoje em dia”, afirma Dário Octávio, “já temos tiktokers pseudoreligiosos que falam em ‘ideologia de gênero’ em Angola”, o que é muito caricato, pois quando vês parece um brasileiro a falar”. Ele continua:

O problema está exatamente aí. Enquanto os outros – para tentar cercear nossos direitos – reproduzem esse tipo de falácias, coisas até irreais que nada tem a ver, fora da lógica; nós também cometemos o erro de querer implementar, por exemplo, práticas usadas no ativismo brasileiro em Angola, e que depois não se refletem, não têm razão de ser; e não têm o efeito esperado por conta das conjunturas sociais. (...) Nomeadamente, por exemplo, nomenclaturas (...).

Dário usa o exemplo do termo “travesti” para ilustrar o que pensa. Esse termo não era utilizado em Angola no passado recente. Quando queriam se referir a pessoas gays ou mulheres trans, o termo genérico “panina” era o mais utilizado. Influenciados por movimentos LGBTQIA+ do exterior, novas nomenclaturas que separam gays afeminados de mulheres trans foram introduzidas. Os termos ‘travesti’ e ‘mulher trans’ ganham força nesse contexto. Dário, entretanto, afirma que a introdução dessas terminologias, que procuravam dividir e delimitar de forma mais respeitosa identidades diferentes, acabou por se converter em um “medidor de passabilidade social entre as pessoas trans”. Segundo ele, uma mulher trans que possui alto grau de passabilidade social, ou seja, quando se “parece” com uma mulher cis, ela será tratada como mulher transexual. Mas se a pessoa trans é facilmente identificada como trans, por possuir características ditas masculinas, será taxada pejorativamente de travesti.

A crítica de Dário Octávio é a de que o termo “panina”, rejeitado por ser genérico, seria mais igualitário, pois colocava no mesmo nível diferentes experiências de vida, enquanto a separação entre gays, trans e travestis teria estabelecido uma hierarquia em que gays masculinos estariam acima das trans, que estariam, por sua vez, acima das travestis. O termo ‘travesti’, nesse contexto,

---

<sup>28</sup>O termo “Ideologia de gênero” tem origem no catolicismo internacional dos anos 90 (JUNQUEIRA, 2018), mas teria ganhado força em Angola, segundo Dário, devido ao contato com a direita brasileira, sobretudo através da internet e das igrejas evangélicas.

se tornou um xingamento para os indivíduos, cujos corpos são entendidos como imperfeitos, incompletos ou defeituosos.

Ao ser perguntado sobre qual seria a melhor maneira de criar um movimento LGBTQIA+ genuinamente angolano (assumindo que isso é possível e desejável), Dário responde que é necessário que Angola estude a sua própria história. Para ele, os LGBTQIA+ africanos precisam recuar ao passado, procurar suas raízes na África pré-colonial. Ele afirma que há estudos acadêmicos muito bem documentados, que comprovam a longa história da diversidade sexual no continente africano. Tais estudos não seriam apenas necessários para refutar as teses “afrocratas” sobre a inexistência da homossexualidade na África pré-colonial; mas sim condição indispensável para que as sociedades africanas possam reestabelecer seus laços perdidos com o passado e começar a superar o terrível legado da colonização.

### **Considerações finais**

Retornando às indagações de Chabal sobre a impossibilidade de falar sobre uma “sociedade civil” em Angola e, conseqüentemente, sobre a dificuldade do estabelecimento de uma democracia no país, percebemos através da trajetória dos entrevistados que o ativismo LGBTQIA+ luandense é extremamente dependente da boa vontade do Estado. As principais conquistas do movimento partiram de situações em que o governo colaborou porque queria obter dividendos políticos. A criação da Íris foi sugestão de uma ONG estrangeira (PSI) e recebeu apoio do governo porque o combate ao HIV era uma prioridade política de Angola após a guerra civil. Da mesma forma, a mudança no código penal se deu no contexto político em que o governo se via pressionado por organismos e governos estrangeiros para que modernizasse seu arcaico código penal. A pressão para a mudança veio mais do exterior do que de uma “sociedade civil” organizada.

A observação de Chabal parece encontrar eco quando afirma que as organizações da dita sociedade civil angolanas funcionam apenas com apoio do Estado ou de doações de ONGs estrangeiras, não sendo, portanto, criações orgânicas da população angolana. É nítido que a Íris não existiria sem financiamento estatal ou estrangeiro, e também está claro que sem o

reconhecimento oficial do Estado, haveria sérios limites para sua atuação. O caso contado pelo ativista Dário Octávio (que se viu obrigado a se filiar à Íris para obter formação no exterior) é um bom exemplo disso. O reconhecimento do Estado é mais do que mera formalidade, é a condição necessária e indispensável para acessar privilégios que organizações não reconhecidas não possuem. Sob este ponto de vista, Chabal está certo em dizer que não é a “sociedade civil” que protagoniza as lutas por direitos e cidadania em Angola.

O fato do governo não reconhecer outras organizações além da Íris não é coincidência. Seria mais difícil lidar com várias organizações, pois as demandas e reivindicações seriam maiores. A trajetória dos ativistas, porém, aponta para a necessidade de um ativismo mais ligado à vivência dos militantes, mais focada na comunidade e menos nas necessidades de propaganda do Estado. O Arquivo de Identidade Angolano (AIA) é um exemplo de organização que não possui reconhecimento estatal, mas que consegue manter-se graças ao esforço de suas ativistas. O grupo foi fundado em 2017 e continua funcionando até hoje, possuindo, inclusive, uma casa de ajuda às pessoas LGBTQIA+s que estejam em situação de vulnerabilidade. Não seria o modelo da AIA (baseado na ajuda mútua) o despertar de um tipo de organização civil que é orgânica, surgida do seio da sociedade e sem funcionar em completa dependência do Estado?

Apesar de estar inclinado a responder que sim, é necessário deixar claro que o escopo de atuação da Íris é muito maior do que o da AIA. Contando com muito mais fundos e com o respaldo do Estado, a Íris pode participar de projetos maiores e mais caros, que têm potencial de gerarem maior impacto. Além disso, a extrema pobreza que persiste em Angola dificulta, e muito, a implementação do modelo da AIA em larga escala. A AIA, portanto, representa muito mais um norte a ser seguido do que uma ruptura de paradigma.

Os três ativistas possuem condições financeiras compatíveis com a classe média e todos iniciaram na Íris, o que reforça a liderança do Estado e a ascendência dos setores médios urbanos de Luanda no ativismo LGBTQIA+ em Angola. Entretanto, as idiossincrasias pessoais abrem possibilidades para que o novo surja. A partir do momento que um indivíduo decide partir para um novo projeto, por quaisquer que sejam os motivos (por ser lésbica e querer estar em um grupo lésbico,

por exemplo; ou por querer focar seu ativismo em advocacia; ou apenas por discordar dos projetos da organização), novas possibilidades se abrem, inclusive a possibilidade de fazer um ativismo que brota da própria vida do ativista.

Nesse sentido, as reflexões de Dário Octávio sobre colonialismo e o futuro do ativismo em Angola representam uma fagulha no meio da escuridão. Não porque a crítica ao colonialismo não possa vir de dentro da Íris, mas porque esse tipo de inquietação encontra mais terreno fértil quando não convive com as limitações que o pragmatismo estatal costuma impor. Por que o governo estaria interessado em discutir terminologias quando é mais fácil receber dinheiro de ONGs e publicar números e estatísticas sobre a possível redução das taxas do HIV?

As reflexões de Chabal e Vidal, apesar de esclarecedoras, encontram limitação devido ao seu caráter macro, distante das microrrelações entre indivíduos e o Estado. Concordamos com os autores citados quando dizem que as organizações sociais em Angola (no caso específico aqui falamos de instituições LGBTQIA+) funcionam como braços do Estado e possuem pouca autonomia, mas os indivíduos entrevistados provaram que, em meio às oportunidades abertas, foi possível angariar conquistas para a cidadania LGBTQIA+. O combate ao HIV foi um projeto político do Estado com objetivos de autopromoção? Sim, mas através dele uma rede de festas das comunidades gay e trans criou a Íris. A modernização do novo código penal foi um movimento político do governo angolano que tinha o intuito de limpar sua imagem internacional de violador dos direitos humanos? Sim, mas foi também a oportunidade para que ativistas como Roqueana convencessem os legisladores a incluírem a orientação sexual na lei. O uso político do HIV e do novo código penal foram projetos do Estado, mas o surgimento da Íris e a criminalização da homofobia não. Foram consequências não intencionais, que não estavam previstas pelo governo. E isso só foi possível devido à luta dos ativistas que, a despeito das limitações impostas por um sistema sócio-político centralizador, conseguiram extrair do Estado resultados que lhes foram favoráveis.

É possível que Angola, de fato, não tenha uma “sociedade civil” nos moldes descritos neste artigo, mas isso não significa que as lutas por cidadania estejam impossibilitadas. Angola prova que mesmo quando os poderes constituídos estão



trabalhando a todo vapor, oportunidades estão sendo abertas para novas frentes de lutas sociais.

## Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

BITTENCOURT, Marcelo. *Nacionalismo, Estado e guerra em Angola*. In: A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. FGV, 2015

CHABAL, Patrick & VIDAL, Nuno. *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies*. Angola and its neighbours – South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe. Luanda/Lisbon: Media XXI & Firmamento, 2009.

DREIER, Sarah K.; LONG, James D.; WINKLER, Stephen J. (June 2020). *African, Religious, and Tolerant? How Religious Diversity Shapes Attitudes Toward Sexual Minorities in Africa*. *Politics and Religion*. 13 (2): 273-303.

DWYER-LINDGREN, L., CORK, M. A., SLIGAR, A. et al. *Mapping HIV prevalence in sub-Saharan Africa between 2000 and 2017*. *Nature* 570, 189-193 (2019).

EPPRECHT, MARC. *Hungochani: The History of a Dissident Sexuality in Southern Africa*. McGill-Queen's University Press, 2004. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt80pzh>.

FACCHINI, Regina, CALAZANS, Gabriela. “*Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade*”: HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciência & Saúde Coletiva* 27 (10). Outubro de 2022.

FERREIRA, Tiago. *Pastores de desejos: discursos e disputas na luta contra a aids em Angola (1987-2017)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

KENDALL, Carl; Kerr, Ligia Regina Franco Sansigolo; Mota, Rosa Maria Salani; Cavalcante, Socorro; Macena, Raimunda Hermelinda Maia; Chen, Sanny; Gaffga, Nicholas; Monterosso, Edgar; Bastos, Fransisco I.; Serrano, Dulcelina. *Population Size, HIV, and Behavior Among MSM in Luanda, Angola: Challenges and Findings in the First Ever HIV and Syphilis Biological and Behavioral Survey*. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes* 66(5): p. 544-551, August 15, 2014.

MAGADI, Monica Akinyi. *Understanding the gender disparity in HIV infection across countries in sub-Saharan Africa: evidence from the Demographic and Health Surveys*. *Sociology of healthy and Illness*. 2011, May; 33(4):522-39.

MIGUEL, Francisco Paulo Vieira. *Uma História do Movimento LGBT em Maputo*. Afro-Ásia, Vol. 64, pp. 320-362, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77070146009>. Acessado em: 26 de julho de 2023. ISSN: 0002-0591.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

## **Entrevistas**

ANDRADE, Dário Octávio da Costa. Entrevista concedida a Tiago da Silva Ferreira, em 4 de novembro de 2022.

FERNANDES, Carlos Anderson Henrique. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 8 e 9 de fevereiro de 2023.

GUNZA, Carmelita Roqueana. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 26 de julho de 2022.

***Recebido em:*** abril de 2023

***Aceito em:*** janeiro de 2024

## **COMO REFERENCIAR**

FERREIRA, Tiago. Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI. *Latitude, Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 109-133, 2024.